

# Sumário

<b>ATUALIZE-SE COM VISUAL LAW!</b> .....	7
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO</b> .....	11
<b>PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO</b> .....	13

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

#### CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

##### SEÇÃO IV Das Regiões

<b>ART. 43</b> .....	45
1. Concessão de incentivos regionais.....	46
1.1. Sustentabilidade ambiental .....	46
1.2. Redução de emissões de carbono .....	47

### TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

#### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

##### SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

<b>ART. 50</b> .....	49
1. Convocação do Presidente do Comitê Gestor .....	49

CAPÍTULO III  
DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO III  
Do Superior Tribunal de Justiça

<b>ART. 105, INC. I, ALÍNEA “J”</b> .....	51
1. Competência do STJ para conflitos entre entes federativos ou entre estes e o Comitê Gestor .....	51

TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I  
Dos Princípios Gerais

<b>ART. 145</b> .....	53
1. Sistema Tributário Nacional .....	53
2. Abrangência nacional .....	54
3. Poder de tributar .....	54
4. Conceito de tributo .....	55
4.1. Pedágio .....	55
4.2. “Seguro apagão” .....	56
4.3. Contribuição ao FGTS .....	56
5. Espécies tributárias. Classificação corrente .....	56
6. Espécies tributárias. Critérios para classificação .....	58
6.1. Contribuição ao INCRA .....	58
6.2. Contribuição de iluminação pública .....	58
7. Impostos .....	58
7.1. Legislação anterior .....	59
7.2. Conceito .....	60
7.3. Classificação .....	61
7.3.1. Ordinários ou extraordinários .....	61
7.3.2. Fiscais ou extrafiscais .....	61
7.3.3. Pessoais ou reais .....	62
7.3.4. Diretos ou indiretos .....	62

7.3.5. Fixos, proporcionais ou progressivos.....	63
7.3.6. Instantâneos, complexos ou continuados.....	64
8. Taxas.....	64
8.1. Razoável equivalência.....	65
8.2. Taxa de Expediente .....	65
8.3. Taxa de Pavimentação Asfáltica.....	66
8.4. Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA) .....	66
8.5. Poder de polícia .....	66
8.6. Poder de polícia, policiamento ostensivo e Taxa de Segurança Pública ...	67
8.7. Exercício regular do poder de polícia. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do IBAMA (TCFA) .....	68
8.8. Crítica ao caso da TCFA IBAMA.....	68
8.9. Taxa de Renovação de Localização e Funcionamento.....	69
8.10. Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Instalação .....	70
8.11. Taxa CVM.....	70
8.12. Taxa sobre recursos hídricos. Custo de fiscalização. Proporcionalidade .....	71
8.13. Taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental (TFPG). Atividades da indústria de petróleo e gás. Valor da taxa. Desproporcionalidade ...	72
8.14. Taxa de registro de permanência de estrangeiros no país. Imunidade. Condição de hipossuficiente.....	72
8.15. Serviço público específico e divisível .....	73
8.16. Taxa de Iluminação Pública .....	74
8.17. Taxa de Limpeza Pública Urbana .....	74
8.18. Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos.....	74
8.19. Taxa de Matrícula.....	76
8.20. Fornecimento de certidões .....	76
8.21. Taxa de Incêndio .....	76
8.22. Taxa de Conservação e Manutenção de Estradas .....	77
8.23. Custas judiciais e emolumentos.....	77
8.24. Contraprestações equivocadamente denominadas de taxas.....	78
8.25. Utilização potencial .....	78
8.26. Taxas e tarifas.....	79
8.27. Esgoto e água encanada .....	80
8.28. Encargos de capacidade emergencial.....	80
9. Contribuição de melhoria.....	81
9.1. Regras gerais .....	82
9.2. CTN, DL 195/67 e lei local .....	83

§ 1 <sup>a</sup> .....	84
10. Caráter pessoal dos impostos .....	84
11. Capacidade contributiva.....	85
11.1. Capacidade contributiva, igualdade, liberdade e mínimo existencial....	86
11.2. Capacidade contributiva e planos horizontal e vertical da igualdade tributária .....	87
11.3. Capacidade contributiva e indisponibilidade econômica da riqueza ....	88
11.4. Capacidade contributiva e mínimo existencial.....	89
11.4.1. Mínimo existencial, cesta básica e ICMS.....	90
11.4.2. Mínimo existencial, açúcar de cana e IPI.....	90
11.4.3. Mínimo existencial, deduções fiscais e correção monetária da tabela do IR .....	90
11.4.4. Mínimo existencial e Tribunal Constitucional Federal alemão ....	91
11.5. Capacidade contributiva e proibição de confisco .....	93
11.5.1. Proibição de confisco: EUA, Alemanha e Brasil .....	93
11.5.2. Proibição de confisco: a resposta “caso a caso” do STF a partir da razoabilidade .....	94
11.5.3. Proibição de confisco e contexto cultural do Estado .....	96
11.6. Capacidade contributiva e amplitude de aplicação .....	96
11.6.1. Progressividade do IPTU .....	96
11.6.2. Progressividade do ITBI.....	97
11.6.3. Capacidade contributiva e impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal. Ampliação gradual.....	97
11.6.4. IPVA .....	97
11.6.5. ITCD. Progressividade .....	98
11.6.6. Contribuições .....	98
11.6.7. ISS profissionais liberais .....	99
11.6.8. Taxa de Coleta de Lixo .....	99
11.6.9. Taxa de Fiscalização CVM .....	100
11.6.10. ICMS .....	100
11.6.11. Consolidação da superação do precedente: dos impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal à capacidade contributiva .....	100
11.6.12. Capacidade contributiva e finalidade extrafiscal ou diretiva .....	101
11.7. Progressividade .....	102
11.7.1. Progressividade na jurisprudência do STF.....	102
12. Fiscalização tributária e direitos individuais do contribuinte.....	104
12.1. Direitos individuais dos contribuintes, limitações constitucionais ao poder de tributar e direitos e garantias fundamentais.....	105

12.2. Apreensão de livros contábeis e documentos fiscais .....	105
12.3. Sigilo bancário .....	106
12.3.1. Crítica à decisão do STF sobre sigilo bancário .....	107
12.4. Compartilhamento de dados da UIF e da RFB com o MP .....	109
§ 2 <sup>a</sup> .....	110
13. Impostos dissimulados por taxas .....	110
13.1. Taxa com base de cálculo do ITR e do ITCD .....	110
13.2. Taxa com base de cálculo vinculada ao patrimônio, ao volume da produção e ao número de empregados .....	111
13.3. Taxa e adoção de um ou mais elementos da base de cálculo de imposto ...	111
13.4. Taxa e patrimônio líquido ou faturamento .....	112
§ 3 <sup>a</sup> .....	113
14. Novos princípios do Sistema Tributário Nacional .....	114
14.1. Simplicidade .....	115
14.2. Transparência .....	116
14.3. Justiça Tributária .....	117
14.4. Cooperação .....	118
14.5. Defesa do meio ambiente .....	119
§ 4 <sup>a</sup> .....	121
<b>ART. 146</b> .....	124
1. Competência do legislador complementar .....	124
2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária .....	125
3. Revogação de lei complementar por lei ordinária .....	125
4. Lei complementar em matéria tributária e conformidade da legislação tributária .....	125
<b>INC. I</b> .....	126
5. Solução dos conflitos de competência .....	127
<b>INC. II</b> .....	129
6. Competência para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar ....	129
<b>INC. III, ALÍNEAS “A” A “D”, § 1<sup>a</sup> AO § 3<sup>o</sup></b> .....	130
7. Lei complementar das normas gerais de Direito Tributário .....	131
8. Função do Código Tributário Nacional .....	132
9. “Especialmente” .....	133
10. Definição de tributos e de suas espécies .....	133

11. Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição.....	134
11.1. Competência dos Estados e Municípios na inexistência de lei complementar federal.....	134
11.2. Resolução do Senado. Alíquotas ITCD, ICMS e IPVA.....	135
11.3. Convênios CONFAZ. Benefícios fiscais ICMS.....	136
11.4. Contribuições não exigem lei complementar .....	136
11.5. Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários....	137
11.6. Responsabilidade tributária de terceiros. Infrações. Lei estadual. Conflito. Norma geral federal.....	138
11.7. Compensação de ofício. Lei 9.430/96. Débitos parcelados sem garantia. Suspensão da exigibilidade do crédito .....	138
11.8. Responsabilidade tributária. Regulação por lei complementar .....	139
11.9. Extinção do crédito tributário. Dação em pagamento .....	139
11.10. Decadência e prescrição. Prazos, interrupção e suspensão .....	140
11.11. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo .....	141
11.11.1. Sociedade cooperativa e ato cooperativo. Natureza jurídica .....	141
11.11.2. Operações com não associados. Incidência de tributos.....	142
11.11.3. Valores repassados aos profissionais cooperados. Exclusão da base de cálculo do ISS.....	143
11.11.4. “Adequado”. Imunidade e isenção .....	143
11.11.5. Seguridade social .....	144
11.11.6. Benefício tributário por lei complementar. Revogação por medida provisória .....	144
11.11.7. Inexistência de lei complementar para o adequado tratamento tributário das cooperativas.....	145
11.12. Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte .....	145
11.12.1. Critérios de diferenciação .....	146
11.12.2. Tributos abrangidos .....	147
11.12.3. Obrigatoriedade de adesão dos Estados e Municípios. Ausência de violação à forma federativa de Estado .....	148
11.12.4. Débitos tributários. Constitucionalidade da exclusão .....	148
11.12.5. Optantes pelo Simples. Impossibilidade de outros benefícios fiscais .....	149
11.12.6. Diferencial de alíquota de ICMS. Optante pelo Simples Nacional .....	149
11.12.7. Facultatividade de recolhimento do IBS e da CBS.....	150

11.12.8. Hipótese de recolhimento do IBS e da CBS por meio do regime do Simples Nacional.....	150
<b>ART. 146-A</b> .....	151
1. Neutralidade da tributação. Prevenção de desequilíbrios da concorrência .....	151
1.1. Cancelamento do registro. Cigarro .....	152
<b>ART. 147</b> .....	154
1. Territórios e Distrito Federal. Competência tributária.....	154
<b>ART. 148</b> .....	155
1. Empréstimo compulsório. Natureza jurídica .....	155
1.1. Forma de restituição .....	155
1.2. Competência. Lei complementar .....	156
1.3. Finalidade .....	156
1.4. Anterioridade .....	157
1.5. Aplicação dos recursos vinculada à despesa .....	158
<b>ART. 149</b> .....	158
1. Contribuições especiais como espécie de tributo.....	158
2. Finalidade e destinação específicas.....	158
3. Exaurimento da finalidade. Perda do objeto. Extinção da contribuição.....	159
4. Referibilidade. Pertinência ao grupo .....	161
4.1. Casos SEBRAE e INCRA.....	162
4.2. Crítica às decisões SEBRAE e INCRA .....	163
5. Instituição por lei ordinária .....	164
6. Norma de competência do art. 149 .....	164
7. Espécies de contribuições especiais .....	164
8. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) .....	165
8.1. Situações de intervenção no domínio econômico .....	166
8.2. Intervenção setorial .....	167
8.3. Contribuições do Sistema S.....	167
9. Contribuições de categorias profissionais ou econômicas .....	168
9.1. Suspensão. Conselho de fiscalização profissional. Inadimplência de anuidades. Sanção política em matéria tributária .....	168
9.2. OAB. Anuidade. Limitação quantitativa. Liberdade de exercício da profissão e capacidade contributiva .....	169
9.3. Contribuição confederativa .....	170
9.4. Servidores públicos.....	170
9.5. “Imposto” sindical.....	170

§ 1º.....	172
10. Contribuição previdenciária dos servidores públicos .....	172
10.1. Inativos e pensionistas .....	173
10.2. Lei estadual que aumenta as alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores públicos .....	173
§ 2º AO § 4º .....	174
11. Imunidade. Receitas de exportação .....	174
12. Exportação indireta. <i>Trading companies</i> .....	175
13. Importação. Incidência .....	176
13.1. Importação de serviços.....	177
13.2. Bases de cálculo .....	177
13.3. Exclusão da capatazia do valor aduaneiro. Decreto 11.090/2022 .....	178
13.4. Limitação semântica da base de cálculo. Consequências para outros casos.....	179
13.5. Pessoa natural como contribuinte por equiparação .....	181
13.6. Possibilidade de incidência monofásica .....	181
<b>ART. 149-A</b> .....	182
1. Contribuição de iluminação pública .....	182
1.1. Taxa de iluminação pública. Inconstitucionalidade .....	182
1.2. EC 39/02 (CIP) .....	183
1.3. Fato gerador .....	184
1.4. Isonomia. Progressividade. Capacidade contributiva.....	185
1.5. Tributo de caráter <i>sui generis</i> .....	186
1.6. Aplicação dos recursos arrecadados. Custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede .....	186
<b>ART. 149-B</b> .....	187
1. Observância das mesmas regras para o IBS e a CBS.....	187
<b>ART. 149-C</b> .....	189
1. Destinação do produto da arrecadação nas operações contratadas pela administração pública direta, autarquias e fundações públicas.....	189

## SEÇÃO II

### Das Limitações do Poder de Tributar

1. Compreensão geral.....	190
<b>ART. 150</b> .....	190
2. Catálogo das limitações.....	190



<b>INC. I</b> .....	192
3. Legalidade geral .....	192
4. Legalidade tributária .....	193
5. Exceções à legalidade tributária .....	193
5.1. Medida provisória .....	194
5.2. Alteração das alíquotas do II, IE, IPI e IOF.....	195
5.3. Fixação das alíquotas do ICMS monofásico sobre combustíveis.....	196
5.4. Redução e restabelecimento das alíquotas da CIDE-Combustíveis .....	196
6. Redução do tributo e legalidade .....	196
7. Base de cálculo. Alteração por ato infralegal.....	197
8. Base de cálculo. Atualização monetária.....	197
9. Prazo de recolhimento .....	198
10. Declarações tributárias. Livros fiscais. Notas fiscais.....	198
11. Fixação do valor máximo. Delegação à Administração.....	199
12. Delegação da complementação de conceitos. Efeitos sobre o elemento quantitativo do tributo. Seguro de Acidente do Trabalho .....	200
13. Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Regulamento promovido pelo Decreto 3.048/99 (RPS).....	201
14. Norma geral antielisiva. § único do art. 116 do CTN. Pretensão de ofensa ao princípio da legalidade tributária.....	202
15. Emolumentos. Reserva legal.....	205
<b>INC. II</b> .....	205
16. Igualdade .....	205
16.1. Igualdade na lei e igualdade perante a lei.....	206
16.2. Critério de comparação. Finalidade buscada. Relação de coerência entre critério e finalidade .....	207
16.3. Critérios legítimos e ilegítimos.....	208
16.3.1. Capacidade contributiva .....	208
16.3.2. Fomento às microempresas e empresas de pequeno porte.....	209
16.3.3. Desenvolvimento regional .....	209
16.3.4. Estímulo ao cooperativismo .....	210
16.3.5. Função social da propriedade .....	210
16.3.6. Absorção de mão de obra acima de quarenta anos .....	211
16.3.7. Ramo de atividade econômica .....	211
16.3.8. Finalidade ambiental. Reflorestamento.....	212
16.4. Benefícios fiscais. Extensão. Controle judicial.....	212
16.5. Diferenciações. Regime tributário .....	213

16.6. Diferenciação. ISS. Sociedades profissionais .....	214
16.7. Parcelamento tributário. Vedação de ingresso. Depósito judicial .....	215
16.8. Reclamatória trabalhista. Recebimento de parcela única. Incidência da alíquota maior do IR .....	217
16.9. Crime de apropriação indébita previdenciária. Representação fiscal para fins penais. Exaurimento do processo administrativo-fiscal.....	217
<b>INC. III, ALÍNEA “A”</b> .....	218
17. Irretroatividade .....	218
17.1. Ancoramento constitucional .....	219
17.2. Proteção para o destinatário da lei .....	220
17.3. Aplicação retroativa da substituição tributária. Inconstitucionalidade ...	220
17.4. Retroatividade da lei instrumental.....	220
17.5. Possibilidade de alteração do prazo de pagamento do tributo após o fato gerador .....	222
17.6. IR. Súmula 584 do STF .....	222
17.6.1. Superação da Súmula 584 do STF.....	223
17.7. Importação e exportação. Aspecto temporal da norma tributária. Violação à segurança jurídica.....	223
17.8. Lei interpretativa. Aplicação a ato ou fato pretérito.....	225
<b>INC. III, ALÍNEAS “B” E “C”</b> .....	226
18. Anterioridade tributária .....	226
18.1. Anualidade .....	226
18.2. Tipos de anterioridade.....	227
18.3. Medida provisória.....	227
18.4. Segurança jurídica. Objetivo maior .....	228
18.5. Revogação de benefício fiscal .....	229
18.6. Correção monetária.....	230
18.7. Prazo de recolhimento.....	231
<b>INC. IV</b> .....	231
19. Confisco.....	231
19.1. Significado e sentido.....	231
19.2. Aspecto quantitativo.....	232
19.2.1. Totalidade da carga tributária incidente .....	233
19.2.2. Razoabilidade e proporcionalidade .....	234
19.2.3. Cláusula aberta. Conceito jurídico indeterminado.....	235
19.2.4. Aumento de 4% para 14%. Ausência de efeito confiscatório .....	235
19.2.5. Alíquota de 300%. Cigarro. Ausência de efeito confiscatório .....	236

19.3. Aspecto qualitativo .....	237
19.3.1. Súmulas do STF 70, 323 e 547 .....	237
19.3.2. Condicionamento. Desembaraço aduaneiro de bem importado. Pagamento de diferença tributária. Arbitramento da autoridade fiscal ...	238
19.3.3. Protesto da CDA.....	239
19.3.4. Notas fiscais. Exigência de garantia.....	239
19.3.5. ME ou EPP com débito. Vedação ao Simples Nacional.....	239
19.3.6. Indústria do cigarro. Interdição por inadimplemento tributário ....	240
19.3.7. ICMS. Guerra fiscal. Meio coercitivo para recolhimento de tributo...	240
19.4. Taxa confiscatória .....	241
19.5. Amplitude de aplicação. Multas tributárias .....	242
19.5.1. Multas tributárias. Percentual.....	243
19.6. Controle judicial .....	245
<b>INC. V</b> .....	245
20. Liberdade de ir e vir. Proibição de limitação por meio de tributos .....	246
20.1. Valor justo .....	246
20.2. Natureza jurídica. Preço público .....	246
20.3. ICMS. Diferencial de alíquota. Restrição tributária à liberdade de tráfico.....	247
<b>INC. VI, ALÍNEAS “A” A “E”</b> .....	248
21. Imunidades.....	248
21.1. Classificação. Subjetivas e objetivas .....	249
21.2. Conteúdo. Direitos fundamentais.....	250
21.3. Compreensão e aplicação .....	251
21.4. Espécies tributárias abrangidas .....	252
21.5. Atendimento às obrigações acessórias.....	252
21.6. Contribuinte de Direito como beneficiário.....	253
21.7. Responsabilidade do substituto e do sucessor .....	253
21.8. Espécies de imunidades.....	254
21.8.1. Imunidade recíproca.....	255
21.8.2. Imunidade das entidades religiosas e templos .....	255
21.8.2.1. Imóveis alugados .....	256
21.8.2.2. Cemitérios.....	257
21.8.2.3. Maçonaria .....	257
21.8.3. Imunidade dos partidos políticos e das suas fundações.....	258
21.8.4. Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	258
21.8.5. Imunidade das instituições de educação e de assistência social....	259

21.8.5.1. Imunidade. Impostos sobre a importação. Entidades religiosas que prestam assistência social .....	260
21.8.5.2. Entidade beneficente. Compra de produtos na qualidade de contribuinte de fato .....	261
21.8.5.3. Entidade educacional. Energia elétrica. Contribuinte de fato.....	261
21.8.5.4. Imóveis ociosos. IPTU. Aplicação da imunidade.....	261
21.8.5.5. Imóvel vago. ITBI. Ônus de elidir a presunção é do Fisco.....	262
21.8.5.6. Ensino gratuito de língua estrangeira. Aplicação da imunidade .....	262
21.8.5.7. Importação. Confusão entre contribuinte de Direito e de fato.....	262
21.8.5.8. IOF. Aplicação de recursos da entidade assistencial. Imunidade .....	262
21.8.5.9. Entidade fechada de previdência privada .....	262
21.8.5.10. Imóveis como escritório e residência dos membros da entidade. Imunidade .....	263
21.8.5.11. Venda de ingressos de cinema. SESC. Imunidade .....	263
21.8.6. Regulação. Lei complementar.....	263
21.8.7. Requisitos materiais e requisitos formais .....	264
21.8.8. Imunidade dos livros, jornais e periódicos.....	265
21.8.8.1. Amplitude objetiva de aplicação.....	266
21.8.8.2. Livro eletrônico e leitor eletrônico.....	267
21.8.9. Imunidade do papel destinado à impressão .....	267
21.8.9.1. Outros insumos .....	268
21.8.10. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais.....	268
§ 1º.....	269
22. Exceções à anterioridade tributária .....	269
22.1. Tipologia das exceções .....	270
§ 2º.....	272
23. Imunidade às autarquias e fundações públicas.....	272
§ 3º.....	274
24. Imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista .....	274
24.1. Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista.....	275
24.1.1. Capital social majoritariamente público e fechado .....	276
24.1.2. Prestação de serviço público de modo exclusivo .....	277
24.1.3. Ausência de violação à livre concorrência .....	278

24.1.4. Companhia de Saneamento de Sergipe. Sociedade de economia mista integrante da Administração indireta do Estado de Sergipe.....	278
24.2. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. Inexistência de imunidade ao ISS.....	279
§ 4º.....	279
25. Templos religiosos. Partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e instituições de assistência social. Finalidades essenciais.....	279
§ 5º.....	280
26. Transparência tributária. Acesso à informação.....	280
26.1. Valor aproximado dos tributos. Influência na formação dos preços de venda .....	281
§ 6º.....	282
27. Benefícios fiscais, anistia ou remissão. Lei específica .....	282
§ 7º.....	283
28. Substituição tributária para frente .....	284
28.1. Direito à restituição da diferença do ICMS pago a mais. Base de cálculo efetiva inferior à presumida .....	285
28.2. Antecipação tributária sem substituição. Regulamentação por decreto do Poder Executivo. Impossibilidade.....	286
<b>ART. 151, INC. I A III</b> .....	287
1. Limites ao poder de tributar específicos à União .....	287
1.1. Princípio da uniformidade geográfica .....	287
1.2. Princípio da vedação de tratamento diferenciado em relação aos entes federativos.....	287
1.3. Tributação da renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da remuneração e dos proventos dos agentes públicos.....	288
1.4. Proibição de isenções heterônomas .....	288
<b>ART. 152</b> .....	289
1. Proibição de tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços em razão da procedência ou destino .....	289
 SEÇÃO III Dos Impostos da União  	
<b>ART. 153, INC. I A VIII</b> .....	290
1. Competência tributária privativa da União. Impostos nominados.....	290

1.1. Imposto de Importação .....	291
1.1.1. Fato gerador .....	291
1.1.2. Momento da ocorrência do fato gerador. Violação à segurança jurídica.....	291
1.2. Imposto de Exportação.....	292
1.2.1. Fato gerador .....	293
1.2.2. Momento da ocorrência do fato gerador .....	293
1.3. Imposto de Renda .....	293
1.3.1. Renda e proventos. Conceito .....	294
1.3.2. Pensão alimentícia fundada no direito de família. Inconstitucionalidade .....	295
1.3.3. Indenizações .....	298
1.3.4. Juros e lucros cessantes .....	298
1.3.5. IRPJ e CSLL. Incidência sobre os valores atinentes à taxa Selic. Repetição de indébito tributário.....	300
1.3.6. Aplicações financeiras. Rendimentos. Correção monetária .....	300
1.3.7. Resultados financeiros. Contratos de <i>swap</i> para fins de <i>hedge</i> . Lei 9.779/1999.....	301
1.3.8. Condenações trabalhistas .....	301
1.3.9. Rendimentos recebidos acumuladamente .....	302
1.3.10. Depósitos bancários. Omissão de receita. Lei 9.430/1996 .....	303
1.3.11. Isenção. Proventos de aposentadoria. Requisitos legais. Ampliação por decisão judicial .....	303
1.3.12. Renda da pessoa jurídica .....	304
1.3.13. Compensação de prejuízos .....	304
1.3.14. Repartição de receitas. Titularidade do IR. Rendimentos pagos pelos municípios. Pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços.....	305
1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados .....	306
1.4.1. Fatos geradores .....	306
1.4.2. Conceito de produto industrializado .....	306
1.4.3. IPI na importação realizada por pessoa física .....	307
1.4.4. IPI na revenda de bens importados .....	308
1.4.5. Aspecto quantitativo .....	309
1.4.6. Cálculo. Estabelecimento de valores pré-fixados. Pautas fiscais. Reserva de lei complementar .....	310
1.5. Imposto sobre Operações Financeiras.....	311
1.5.1. IOF. Operações praticadas por empresas de <i>factoring</i> .....	311

1.5.2. IOF. Contratos de mútuo com quem não desenvolve atividade financeira ou análoga.....	312
1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.....	313
1.6.1. Propriedade rural x propriedade urbana.....	314
1.6.2. Incidência sobre domínio útil ou posse.....	315
1.6.3. Base de cálculo.....	316
1.7. Imposto sobre Grandes Fortunas.....	316
1.8. Imposto seletivo.....	317
1.8.1. Fato gerador.....	319
1.8.2. Extrafiscalidade vinculada à saúde e ao meio ambiente.....	320
1.8.3. Critérios de seleção dos bens e serviços.....	320
1.8.4. Controle de proporcionalidade.....	321
1.8.5. Reforma tributária ecológica na Alemanha.....	323
§ 1º.....	324
2. Legalidade atenuada para II, IE, IPI e IOF.....	324
§ 2º, INC. I E II.....	325
3. IR. Critérios de conformação.....	326
3.1. Generalidade e universalidade.....	326
3.2. Progressividade.....	326
§ 3º, INC. I A IV.....	327
4. IPI.....	328
4.1. Seletividade em função da essencialidade.....	328
4.1.1. Legitimidade da tributação indutora de comportamento.....	329
4.1.2. Seletividade e capacidade contributiva.....	331
4.1.3. Discrecionariiedade na fixação das alíquotas.....	332
4.1.4. Garrações, garrafas e tampas plásticas. Acondicionar água mineral. Bem essencial.....	334
4.2. Não cumulatividade.....	334
4.2.1. Compensação. Método do creditamento.....	334
4.2.2. Creditamento. Aquisição de insumos não tributados.....	335
4.2.3. Creditamento. Entrada com insumos tributados. Saídas isentas ou com alíquota zero.....	336
4.2.4. Aquisição de insumos da Zona Franca de Manaus. Creditamento....	337
4.3. Não incidência sobre a exportação.....	337
4.4. Redução sobre a aquisição de bens de capital.....	337

<b>§ 4º, INC. I A III</b> .....	338
5. ITR.....	338
5.1. Progressividade extrafiscal.....	338
5.2. Imunidade de pequenas glebas rurais.....	338
5.3. Fiscalização pelos Municípios .....	339
<b>§ 5º, INC. I E II</b> .....	339
6. Ouro. Ativo financeiro ou instrumento cambial. IOF .....	339
<b>§ 6º, INC. I E VII</b> .....	340
7. Não incidência sobre as exportações e sobre operações com energia elétrica e com telecomunicações .....	341
7.1. Incidência monofásica.....	343
7.2. Cálculo por fora.....	343
7.3. Integração da base de cálculo de outros tributos .....	344
7.4. Identificação de fato gerador e base de cálculo de outros tributos.....	345
7.5. Alíquotas.....	347
7.6. Cobrança na extração .....	347
<b>ART. 154, INC. I E II</b> .....	348
1. Impostos residuais e extraordinários.....	349
1.1. Impostos residuais. Requisitos .....	349
1.2. Impostos extraordinários.....	349

#### SEÇÃO IV

#### Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

<b>ART. 155, INC. I A III</b> .....	349
1. Impostos dos Estados e do Distrito Federal .....	350
1.1. Competência para os impostos estaduais .....	350
1.2. ITCD. Lei Complementar .....	350
1.2.1. Fato gerador. Aspectos circunstanciais.....	350
1.2.2. Progressividade. Legitimidade .....	351
1.3. ICMS.....	352
1.3.1. Operações de circulação de mercadorias .....	352
1.3.1.1. Conceito de operações .....	352
1.3.1.2. Conceito de circulação.....	353
1.3.1.3. Extração de petróleo. Ausência dos elementos “operação” e “circulação” .....	354
1.3.1.4. Conceito de mercadoria.....	354



1.3.1.5. Economia digital. <i>Software</i> . Evolução regulatória .....	355
1.3.1.5.1. Convênio ICMS 106/2017. Violação da competência do legislador complementar.....	357
1.3.1.5.2. ICMS sobre operações com <i>software</i> . Não incidência ....	358
1.3.1.5.3. Bitributação. ICMS e ISS. Impossibilidade .....	361
1.3.1.6. As decisões do STF na ADI 1.945 e ADI 5.659. Aparente consolidação de entendimento.....	363
1.3.1.7. Habitualidade e natureza mercantil. Venda de salvados de sinistros.....	365
1.3.1.8. Energia elétrica. Demanda contratada.....	366
1.3.1.9. Base de cálculo .....	366
1.3.1.9.1. Venda para entrega futura.....	366
1.3.1.9.2. Inclusão do próprio montante do ICMS incidente .....	366
1.3.1.9.3. Inclusão do frete.....	367
1.3.1.9.4. Mercadorias dadas em bonificação .....	367
1.3.1.9.5. Encargos de financiamento .....	367
1.3.1.9.6. Valor de pauta fiscal.....	368
1.3.1.10. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens .....	368
1.3.2. ICMS sobre serviços.....	369
1.3.2.1. Transporte .....	369
1.3.2.2. Comunicação e telecomunicação .....	370
1.3.2.2.1. Amplitude de incidência.....	370
1.3.2.2.2. Atividade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio. Ato preparatório ao serviço de comunicação .....	371
1.3.3. ICMS declarado e não recolhido. Crime.....	373
1.4. IPVA .....	375
1.4.1. Fato gerador .....	375
1.4.2. Aeronaves e embarcações.....	375
1.4.3. Aspectos quantitativos.....	376
1.4.3.1. Desconto para o bom motorista.....	376
1.4.3.2. Redução do IPVA. Contratação de empregados com mais de 40 anos .....	377
1.4.4. Recolhimento em Estado diverso daquele que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário .....	377
1.4.5. Cobrança do IPVA por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos. Filial em outro estado (distinção do Tema 708, RE 1.016.605) .....	378

<b>§ 1º, INC. I A VII</b> .....	379
<b>2. ITCD. Regras específicas de competência</b> .....	380
2.1. Estado da situação do bem imóvel.....	380
2.2. Estado de domicílio do de cujus ou de domicílio do doador.....	380
2.3. Situações envolvendo o exterior. Instituição regulada por lei complementar.....	380
2.4. Alíquotas máximas. Competência do Senado Federal.....	381
2.5. Progressividade .....	382
2.6. Não incidência sobre transmissões e doações a instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.....	382
<b>§ 2º, INC. I</b> .....	383
<b>3. ICMS. Regras específicas</b> .....	383
3.1. Não cumulatividade.....	383
3.1.1. Aproveitamento do crédito. Nota fiscal inidônea .....	383
3.1.2. Incidência monofásica.....	384
3.1.3. Regime de diferimento e não cumulatividade .....	384
3.1.4. Telefonia. Processo industrial por equiparação .....	384
3.1.5. Creditamento. ICMS de serviços e de produtos desvinculados do processo de industrialização da mercadoria comercializada .....	385
3.1.6. Material de construção para ampliação do estabelecimento .....	385
3.1.7. Correção monetária dos créditos .....	385
<b>INC. II, ALÍNEAS “A” E “B”</b> .....	386
<b>4. Impedimentos ao creditamento</b> .....	386
4.1. Crédito presumido .....	386
4.2. Redução da base de cálculo. Isenção parcial. Estorno proporcional .....	387
4.3. Estorno. Opção por regime mais vantajoso.....	387
4.4. Estorno proporcional de crédito efetuado pelo Estado de destino. Crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ. Não cumulatividade .....	387
4.5. Creditamento. Empresa prestadora de serviços de telefonia móvel. Aparelho celular. Cessão em comodato .....	389
<b>INC. III</b> .....	389
<b>5. Seletividade. Faculdade</b> .....	389
5.1. Energia elétrica e telecomunicações.....	390

<b>INC. IV</b> .....	393
6. Alíquotas. Operações interestaduais e de exportação.....	393
<b>INC. V, ALÍNEA A“A” E “B”, E VI</b> .....	395
7. Alíquotas mínimas e máximas. Operações internas. Conflitos de Estados.....	395
<b>INC. VII, ALÍNEA “A” E “B” E VIII, ALÍNEA “A” E “B”</b> .....	395
8. Operações interestaduais. Alíquotas. Repartição do imposto .....	396
<b>INC. IX, ALÍNEA “A”</b> .....	397
9. Importação .....	397
9.1. ICMS-Importação. <i>Leasing</i> .....	398
9.2. Sujeito ativo. Estado em que localizado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada. Gás natural oriundo da Bolívia.....	398
<b>ALÍNEA “B”</b> .....	399
10. ICMS em operações mistas.....	399
<b>INC. X</b> .....	400
11. Imunidades relativas ao ICMS.....	400
<b>ALÍNEA “A”</b> .....	401
12. Exportações.....	401
13. Manutenção e aproveitamento dos créditos .....	402
<b>ALÍNEA “B”</b> .....	402
14. Operações interestaduais. Derivados de petróleo e energia elétrica .....	402
<b>ALÍNEA “C”</b> .....	403
15. Ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial .....	403
<b>ALÍNEA “D”</b> .....	403
16. Radiodifusão de recepção livre e gratuita.....	403
<b>INC. XI</b> .....	404
17. IPI. Base de cálculo do ICMS. Exclusão .....	404
<b>INC. XII</b> .....	404
18. Competência do legislador complementar .....	404
<b>ALÍNEA “A”</b> .....	404
19. Contribuintes .....	404
<b>ALÍNEA “B”</b> .....	405
20. Substituição tributária.....	405

<b>ALÍNEA “C”</b> .....	405
21. Regulação da compensação .....	405
<b>ALÍNEA “D”</b> .....	406
22. Definição do local das operações .....	406
<b>ALÍNEA “E”</b> .....	406
23. Desoneração das exportações .....	406
<b>ALÍNEA “F”</b> .....	407
24. Manutenção de crédito.....	407
<b>ALÍNEA “G”</b> .....	407
25. Benefícios fiscais. Acordo entre os Estados e o DF.....	407
25.1. Forma de concessão. Requisitos .....	408
25.2. Imunidade. Concessão por Constituição Estadual .....	409
25.3. Diferimento .....	409
25.4. Constitucionalidade de lei estadual ou distrital. Amparo em convênio do CONFAZ. Concessão de remissão de créditos de ICMS. Benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.....	409
25.5. Remissão dos créditos tributários. Reinstituição dos benefícios tributários.....	411
25.6. Venda, realizada por locadora de veículos, de automóvel com menos de doze meses de aquisição da montadora .....	411
25.7. Processo legislativo estadual. Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC). Benefício fiscal de ICMS. Autorização CONFAZ. Estimativa de impacto orçamentário.....	411
<b>ALÍNEA “H”</b> .....	411
26. Incidência monofásica. Combustíveis e lubrificantes.....	412
<b>ALÍNEA “I”</b> .....	412
27. Integração do ICMS na sua base de cálculo .....	412
§ 3º.....	412
28. Imunidade. ICMS, II, IE, IBS e IS.....	412
§ 4º E § 5º .....	413
29. ICMS monofásico. Combustíveis e lubrificantes .....	414
§ 6º, INC. I A III, ALÍNEA “A” A “D” .....	414
30. IPVA .....	415
30.1. Alíquotas.....	415

30.2. Incidência sobre veículos automotores aquáticos e aéreos.....	416
30.3. Exceções.....	417

## SEÇÃO V

### Dos Impostos dos Municípios

<b>ART. 156, INC. I A IV.....</b>	<b>417</b>
1. Impostos dos Municípios.....	418
1.1. IPTU.....	418
1.1.1. Base econômica.....	418
1.1.2. Aspecto quantitativo.....	418
1.1.3. Aspecto subjetivo.....	418
1.2. ITBI.....	419
1.2.1. Base de cálculo. Valor da transação. Valor de mercado.....	420
1.3. ISS.....	420
1.3.1. Aspecto material e conceito.....	420
1.3.2. Serviço x locação.....	422
1.3.3. <i>Leasing</i> .....	423
1.3.4. Amplitude da definição dos serviços.....	424
1.3.5. Conceito constitucional de serviços. Mutações. Artigos 109 e 110 do CTN. Plano de saúde e seguro-saúde.....	425
1.3.6. Franquia. Contrato empresarial. Essência de cessão de direitos sobre marca e produto.....	426
1.3.7. Operações mistas.....	428
1.3.8. Medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas, sob encomenda. Subitem 4.07 da lista anexa à LC 116/03. Sujeição ao ISS.....	430
1.3.9. Local do estabelecimento x local da efetiva prestação.....	430
1.3.10. Obrigatoriedade de cadastro. Prestadores de serviços não estabelecidos no território do Município. Obrigação ao tomador de recolhimento do ISS quando descumprida a obrigação.....	431
1.3.11. Conflito ISS x IPI.....	433
1.3.12. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens.....	433
1.3.13. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação desenvolvidos de forma personalizada. Subitem 1.05. Lista anexa à LC 116/03.....	434
1.3.14. Base de cálculo.....	435
<b>§ 1º, INC. I A III E § 1º A.....</b>	<b>436</b>
2. Características do IPTU.....	436
2.1. Progressividade.....	436

2.2. Seletividade.....	437
2.3. Possibilidade de atualização da base de cálculo pelo Poder Executivo.....	438
2.4. Não incidência. Templos de qualquer culto. Entidades abrangidas pela imunidade tributária. Locatárias do bem imóvel .....	439
<b>§ 2º, INC. I E II.....</b>	<b>439</b>
3. Imunidade ao ITBI. Realização de capital de pessoa jurídica e transformações societárias .....	439
<b>§ 3º, INC. I A III E § 4º .....</b>	<b>440</b>
4. Lei complementar. Alíquotas. Exportações. Benefícios fiscais.....	441
4.1. Ato de improbidade administrativa .....	442
4.2. Sociedades profissionais. ISS fixo.....	442

#### SEÇÃO V-A

Do Imposto de Competência  
Compartilhada entre Estados,  
Distrito Federal e Municípios

<b>ART. 156-A.....</b>	<b>442</b>
1. Imposto sobre bens e serviços (IBS).....	442
<b>§ 1º.....</b>	<b>443</b>
1.1. Princípio da neutralidade.....	443
<b>INC. I.....</b>	<b>444</b>
1.2. Operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.....	444
<b>INC. II.....</b>	<b>448</b>
1.3. Importação de bens, direitos ou serviços.....	448
<b>INC. III .....</b>	<b>449</b>
1.4. Não incidência sobre exportações.....	449
<b>INC. IV A VII .....</b>	<b>450</b>
1.5. Legislação única e uniforme. Alíquotas.....	450
<b>INC. VIII.....</b>	<b>452</b>
1.6. Não cumulatividade.....	452
<b>INC. IX.....</b>	<b>452</b>
1.7. Cálculo por fora.....	452

---

INC. X .....	454
INC. XI.....	457
INC. XII.....	457
INC. XIII .....	458
§ 2º.....	459
§ 3º.....	459
§ 4º, INC. I .....	460
§ 5º, INC. I AO IX.....	461
§ 6º, INC. I AO VI.....	464
§ 7º, INC. I E II.....	466
§ 8º.....	467
§ 9º, INC. I E II.....	468
§ 10.....	469
§ 11.....	469
§ 12.....	470
§ 13.....	471
ART. 156-B, INC. I AO III.....	472
§ 1º.....	473
§ 2º, INC. I AO VII.....	474
§ 3º, INC. I E II, ALÍNEAS “A” E “B”, .....	475
§ 4º, INC. I, ALÍNEAS “A” E “B”, E II.....	475
§ 5º.....	476
§ 6º.....	476
§ 7º.....	477
§ 8º.....	477
ART. 159-A.....	478

## NORMAS TRIBUTÁRIAS FORA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

### TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

<b>ART. 177, § 4º</b> .....	481
1. CIDE-Combustíveis .....	482
1.1. Seletividade .....	482
1.2. Destinação dos recursos .....	482

#### CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

<b>ART. 184, § 5º</b> .....	482
1. Imunidade. Reforma agrária .....	483

### TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

#### CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

##### SEÇÃO I Disposições Gerais

<b>ART. 195</b> .....	485
1. Contribuições sociais de seguridade social .....	485
<b>INC. I</b> .....	486
2. Contribuições patronais .....	486
<b>ALÍNEA “A”</b> .....	487
3. Contribuição sobre a folha .....	487
3.1. Contribuição. Valor bruto. Nota fiscal. Cooperativas de trabalho .....	488
3.2. Empresa contratante de serviços. Cessão de mão de obra. Retenção de 11% .....	488



3.3. Salário-maternidade. Prestação previdenciária. Decorrência da licença-maternidade .....	489
3.4. Terço constitucional de férias gozadas .....	489
3.5. Contribuição previdenciária. Comissão paga pelas seguradoras aos corretores de seguros .....	490
3.6. Contribuição Previdenciária Patronal. Base de cálculo. Exclusão dos valores retidos a título de IR e de contribuição previdenciária a cargo do empregado .....	490
<b>ALÍNEA “B”</b> .....	490
4. Contribuição sobre a receita ou o faturamento.....	490
4.1. Redação original e redação atual .....	490
4.2. Conceitos envolvidos.....	491
4.3. COFINS.....	492
4.3.1. Legislação .....	492
4.3.2. Base de cálculo. Exclusão do ICMS .....	493
4.3.3. ICMS. Inclusão na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Possibilidade.....	493
4.3.4. Inclusão do IPI. Operações de venda realizadas por fabricantes ou importadores de veículos. Base de cálculo presumida em regime de substituição tributária. PIS e COFINS devidas pelos comerciantes varejistas .....	494
4.3.5. Base de cálculo. Inclusão da taxa da operadora de cartão de crédito .....	495
<b>ALÍNEA “C”</b> .....	496
5. CSLL .....	496
5.1. Conceito de lucro .....	496
5.2. CSLL e IRPJ. Dupla incidência sobre o lucro.....	497
<b>INC. II</b> .....	497
6. Contribuição do trabalhador. Regime geral de previdência social.....	497
<b>INC. III</b> .....	498
7. Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos .....	498
<b>INC. IV</b> .....	499
8. Contribuições do importador de bens ou serviços .....	499
8.1. Base de cálculo. Valor aduaneiro .....	500
8.2. Majoração da alíquota em um ponto percentual. Aproveitamento integral dos créditos .....	501

<b>INC. V</b> .....	502
9. Contribuição sobre bens e serviços (CBS) .....	502
§ 1º E § 2º .....	502
10. Orçamento da seguridade social .....	502
§ 3º .....	502
11. Empresa com débitos. Restrições com o Poder Público .....	502
§ 4º .....	504
12. Competência residual. Contribuições de seguridade social .....	504
§ 5º .....	504
13. Equilíbrio entre receita e despesa .....	505
14. Extensão da licença maternidade. Pai solteiro servidor público. Isonomia, legalidade e proteção da criança. Benefício criado. Fonte de custeio total .....	505
§ 6º .....	505
15. Anterioridade nonagesimal .....	505
§ 7º .....	506
16. Imunidade às contribuições de seguridade social .....	506
§ 8º .....	507
17. Contribuição do segurado em regime de economia familiar .....	507
§ 9º .....	508
18. Contribuições patronais. Critérios quantitativos .....	508
19. CSLL. Alíquota específica para empresas financeiras e equiparadas .....	509
§ 10 E § 11 .....	510
20. Vedações. Moratória, parcelamento, remissão e anistia .....	510
§ 12 .....	511
21. COFINS e COFINS-Importação. Não cumulatividade .....	511
21.1. Não cumulatividade. Medida Provisória 135/2003. Lei 10.833/2003. Legalidade .....	511
21.2. Ativo imobilizado. Creditamento. Limitação. Lei 10.865/2004 .....	512
21.3. Empresas prestadoras de serviços. Manutenção na sistemática cumulativa. Critério de discrimen. Isonomia. Ausência de afronta .....	512
21.4. Não cumulatividade. Isonomia e razoabilidade. Direito a creditamento. PIS. COFINS. Regimes cumulativo e não cumulativo. Transição .....	512

21.5. Possibilidade de apuração de créditos de PIS/COFINS na aquisição de insumos recicláveis. Prejuízos econômicos ao contribuinte industrial dedicado à reciclagem. Princípio do protetor recebedor.....	513
<b>§ 13 AO § 19</b> .....	513

CAPÍTULO III  
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I  
Da Educação

<b>ART. 212, § 5º</b> .....	517
1. Contribuição social do salário-educação .....	517
<b>§ 6º</b> .....	518

CAPÍTULO VI  
DO MEIO AMBIENTE

<b>ART. 225, INC. VIII</b> .....	518
----------------------------------	-----

TÍTULO IX  
DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

<b>ART. 239, § 1º AO § 5º</b> .....	521
1. Contribuições para o PIS/PASEP .....	522
<b>ART. 240</b> .....	523
1. Contribuições às entidades de serviço social (Sistema “S”).....	523

ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

<b>ART. 41</b> .....	527
1. Revogação dos incentivos fiscais setoriais passados .....	527
<b>ART. 74 E 75</b> .....	528
1. CPMF .....	528
1.1. Eficiência fiscal x justiça tributária.....	529

<b>ART. 76, § 1º AO § 4º, ART. 76-A, INC. I AO V, E ART. 76-B, INC. I AO IV ...</b>	530
1. Desvinculação de receitas .....	531
<b>ART. 88, INC. I A II .....</b>	532
1. ISS. Alíquota mínima .....	532
<b>ART. 92-B .....</b>	533
<b>ART. 124 AO ART. 133 .....</b>	534
<b>ART. 134 .....</b>	543
<b>ART. 135 AO ART. 137 .....</b>	544
1. IOF.....	545
2. Cesta Básica Nacional de Alimentos.....	546
3. Regimes diferenciados de tributação .....	546
4. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais .....	551
5. Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional .....	552
6. ITCD .....	553
7. Projetos de lei: reforma da tributação da renda, IBS/CBS e reforma da tributação da folha de salários.....	553
8. Crédito presumido como incentivo à produção de veículos equipados com motor elétrico.....	553
9. Revogações finais e vigência .....	554